

**PERIFERIZAÇÃO DO MUNDO:
reflexões sobre as transformações do capitalismo à luz do processo de expansão da
condição periférica**

***PERIPHERALIZATION OF THE WORLD:
reflections on the transformations of capitalism in the light of the process of expansion of
the peripheral condition***

Victor Pimentel Ferreira*

João Camargo de Albuquerque Mello**

Rennan de Medeiros Pimentel***

Resumo

O presente texto tem como principal objetivo sugerir a noção de periferização do mundo como enquadramento interpretativo adequado para a análise das transformações gerais ocorridas no sistema capitalista nas últimas quatro décadas. Na primeira parte do trabalho, apoiados sobre as reflexões de Abram de Swaan, analisamos brevemente a ascensão, a configuração e o declínio do predicamento social predominante nos países capitalistas centrais no período do pós-guerra: o Estado de Bem-Estar Social. Em seguida, na segunda parte, buscamos qualificar o processo de expansão da condição periférica como uma noção de potencial analítico relevante para a investigação do desmantelamento do *welfare state* e ulterior desenvolvimento de alterações significativas na dinâmica do capitalismo. Para isso, mobilizamos fundamentalmente as ideias de Wolfgang Streeck e de demais autores da teoria social contemporânea. Por último, elaboramos reflexões a respeito da adequação do enquadramento teórico sugerido e levantamos problemas que poderiam nortear uma agenda de pesquisa baseada na ideia da periferização do mundo.

Palavras-chave: Periferização. Precarização. Capitalismo. Estado de Bem-Estar Social.

Abstract

The paper aims to propose the concept of peripheralization as an appropriate framework for analyzing the overall changes that occurred in the capitalist system in recent decades. In the first section of the paper, we provide a brief analysis of the emergence, structure, and collapse of the primary social condition in the capitalist nations in the post-war era: the Welfare State, based on Abram de Swaan's reflections. In the second part, we aim to examine the expansion of the peripheral condition as a concept with suitable analytical potential to investigate the dismantling of the welfare state and the consequential developments in the dynamics of capitalism. To accomplish this, we utilize the ideas of Wolfgang Streeck and other contemporary social theory authors. Finally, this paper considers the appropriateness of the proposed theoretical framework and identifies potential issues for a research agenda centered on the concept of peripheralization in the global context.

Keywords: Peripheralization. Precarization. Capitalism. Welfare State.

* Doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA/UFRJ) e pesquisador associado ao Núcleo de Estudos de Cidadania, Conflito e Violência Urbana (NECVU/UFRJ).

** Doutorando em Sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA/UFRJ). Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Pesquisador do Núcleo de Estudos Comparados e Pensamento Social (NEPS/UFRJ/UFF/UFRRJ).

*** Doutorando em Ciência Política pelo IESP-UERJ – coordenador executivo do Observatório Político e Eleitoral (OPEL) e pesquisador associado ao Núcleo de Estudos sobre o Congresso (^{NECON/UERJ}) e ao Grupo de Estudos de Economia e Política (GEEP/UERJ).

Introdução¹

“The idea is very simple really, although its implications could be quite radical.” (Comaroff, J.; Comaroff, J. L., 2012, p. 113).

A frase destacada de Jean e John Comaroff resume a proposta do texto, que visa a apresentar a ideia de que, desde a década de 1970, as transformações no capitalismo resultaram em uma **precarização generalizada das condições de vida**. Fundamentada na degradação contínua das possibilidades de reprodução social e no enfraquecimento dos arranjos coletivos de cuidado, a periferação do mundo não é uma novidade na história política e econômica das sociedades capitalistas. Os países periféricos, apartados dos “anos de ouro” do Estado de Bem-Estar Social, são constantemente caracterizados por desigualdades sociais, violência, precarização do mercado de trabalho e desarranjos institucionais em comparação com o Norte Global, frequentemente associado ao progresso, à abundância material, à redução das desigualdades e ao desenvolvimento.

O enquadramento teórico baseado na ideia de periferação do mundo sugere que, embora as clivagens entre o centro e a periferia do mundo capitalista se mantenham, as alterações recentes do modo de produção colaboram para uma **aproximação** das condições materiais do Norte Global em relação às estruturas tipicamente precarizadas do Sul Global. Isso não quer dizer que exista um movimento progressivo de simetrização em relação a essas partes, mas sim que, em uma inversão das expectativas mais otimistas do período pós-*welfare state*, é a periferia do mundo que, hoje, indica – isto é, dá pistas – do possível futuro do capitalismo².

¹ O texto presente nasceu inicialmente a partir da avaliação final de uma disciplina oferecida pelos professores doutores Elisa Reis e Félix Lopes no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA/UFRJ) no segundo semestre de 2021. Agradecemos enormemente às críticas e sugestões dos professores, assim como o seu incentivo para a publicação do trabalho. Além deles, gostaríamos de agradecer os comentários e avaliações dos pareceristas anônimos, fundamentais para a elaboração da versão final do texto. Contudo, reforçamos que eventuais incongruências e equívocos do presente trabalho são integralmente de responsabilidade dos autores.

² Ao longo da segunda metade do século XX, a economia e a sociologia políticas latino-americanas se destacaram na produção de análises e reflexões de grande relevância para o debate a respeito das relações entre centro e periferia no âmbito das relações geopolíticas, com destaque para a teoria cepalina do desenvolvimento (Furtado, 2007) e a teoria da dependência (Cardoso; Faletto, 2004). Em que pesem as suas diferenças notáveis, tais enquadramentos teóricos reforçam que centro e periferia são dois polos constitutivos de uma relação hierárquica cujas características constitutivas condicionam os países periféricos em uma situação de “subdesenvolvimento” e/ou de expropriação contínua. Por óbvio, considerando o aspecto profundamente **relacional** desses termos na discussão, aprendemos com tais teorias que “centro” e “periferia” não existem isoladamente, de modo separado. Para evitar possíveis confusões, reiteramos que, embora não mobilizemos a teoria da dependência e teoria cepalina como referenciais teóricos fundamentais do texto presente, a ideia de “periferação do mundo”, como será trabalhada mais adiante, **não supõe** uma implosão da dinâmica geopolítica por elas esmiuçada, tampouco a descarta. Como, esperamos, ficará claro, o objetivo é pensar o processo de condição da expansão periférica a partir de uma reflexão atenta a padrões de vida e condições ligadas à reprodução social. Não propomos nesse texto uma

Esse futuro, por sua vez, não repete a dinâmica do Estado de Bem-Estar Social, em que a relação entre capital e trabalho experimentou um equilíbrio relativo e temporário que possibilitou o engendramento de uma “lógica de inclusão” (Sassen, 2016, p. 212) e permitiu o desenvolvimento de um ideário que conjugava simultaneamente progresso material e expansão do trabalho formal. Ao contrário, se considerarmos que “a sociabilidade capitalista parece cada vez mais prescindir da organização do mundo do trabalho para garantir a organização dos processos de valorização” (Tupinambá, 2020), percebemos que esse mesmo futuro tende a reproduzir, em escala global, a experiência histórica da periferia do capitalismo. Uma ideia que, embora simples, pode suscitar questões importantes no que diz respeito à dinâmica geopolítica global e à possibilidade de elaboração de agendas de pesquisa orientadas por esse enquadramento teórico.

Nesse sentido, a proposta do texto presente é sugerir a noção da periferização do mundo como ideia central para a investigação das mudanças sociais ocorridas nos países centrais do capitalismo. Inspirados por Skocpol e Somers (1980), perguntamos se tal investigação, orientada pelas experiências históricas das periferias, pode embasar um programa de análise histórica e macrossociológica a respeito dos processos recentes de transformação do capitalismo. Nossa abordagem³ aposta na noção de periferização do mundo como recurso analítico a partir de um duplo movimento: (i) compreender o acúmulo de experiências nos países periféricos, buscando generalizar um modelo teórico sobre a periferia e (ii) aplicar esse modelo para analisar os processos históricos nos países centrais através de uma abordagem histórico-comparada, destacando as peculiaridades do processo de periferização nesses países. Assim, visamos a construir teoricamente uma experiência geral periférica por meio de uma análise macro-histórica comparada e conduzir estudos de sociologia comparada focados na investigação histórico-comparada dos contrastes entre a periferia e os países em periferização.

Para prosseguir com a discussão, organizamos o texto em três partes. Na primeira, apoiados sobre as reflexões de De Swaan (1988), analisamos a configuração social

reflexão sobre a configuração das relações econômico-internacionais entre os países diante da periferização do mundo, reflexão essa que, a despeito de sua proficuidade para a discussão geral, excederia o escopo do presente trabalho.

³ A pesquisa se construiu por meio de uma seleção prévia e não sistemática das obras e artigos discutidos a seguir. Por um lado, nos valem de textos já mobilizados em algumas de nossas pesquisas individuais (Ferreira; Ramos; Fleury, 2021; Ferreira, 2023, 2024; Pimentel, 2024), por outro lado, aproveitamos o acúmulo de reflexões de uma disciplina de pós-graduação cursada simultaneamente pelos três autores, em que travamos contato com alguns dos textos aqui discutidos.

predominante nos países do centro do capitalismo no período imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial, o Estado de Bem-Estar Social, a fim de apresentar como as transformações recentes do capitalismo estão nos carregando para um ordenamento completamente distinto. Na segunda parte, qualificamos essa movimentação de afastamento do *welfare state* como um processo de expansão da condição periférica e caracterizamos tal noção a partir das ideias de Streeck (2016, 2019) e de demais pensadores(as) contemporâneos(as). Na última parte, guiados por Reis e Lopez (2021) e Uslaner e Rothstein (2005), levantamos algumas questões pertinentes em relação às ideias apresentadas ao longo do texto. Dessa maneira, buscamos discutir a adequação e a plausibilidade da mobilização da noção de periferização do mundo como enquadramento teórico relevante para a análise do presente.

O Estado de Bem-Estar Social

Para nos aproximarmos da ideia de expansão da condição periférica, é necessário, antes, jogar luz sobre a configuração social predominante em boa parte das sociedades capitalistas do mundo ocidental no período imediatamente anterior àquele que nos propomos a analisar: o Estado de Bem-Estar Social. A instituição e consolidação do Estado de Bem-Estar Social (*welfare state*) no período que abrange desde o término da Segunda Guerra Mundial até meados da década de 1970 representam, indubitavelmente, um dos fenômenos sociais e políticos mais proeminentes do século XX. O sucesso alcançado na configuração da relação entre os domínios do capital e do trabalho foi tão marcante que esse período é frequentemente referido como as "décadas de ouro do capitalismo".

Consoante às observações de Kerstenetzky (2012), é plausível conceituar o Estado de Bem-Estar Social como “um conjunto historicamente e institucionalmente formado de intervenções públicas voltadas para a promoção do bem-estar, implicando redistribuição” (Kerstenetzsky, 2012, p. 61). Conforme enfatizado por Przeworski (1988), tais intervenções se fundamentam em uma atuação proativa por parte do aparato estatal em relação às dinâmicas do livre mercado. Dessa forma, o traço distintivo da relação estabelecida pelo *welfare state* no âmbito econômico reside na concretização de operações de “desmercadorização” (Esping-Andersen, 1991) – isto é, na criação de programas de bem-estar que ofereçam “alternativas autênticas à dependência do mercado” (Esping-Andersen, 1991, p. 103).

Assim, quando falamos de Estado de Bem-Estar Social estamos nos referindo a um tipo de configuração social em que o Estado é o ator responsável por garantir padrões mínimos de

educação, saúde, habitação, renda e seguridade social à maior parte da população, sendo esses serviços de caráter público e reconhecidos como direitos sociais. O desenvolvimento de tal configuração está ligado não apenas ao aprofundamento da industrialização nos países capitalistas centrais e os problemas sociais daí consequentes, como também aos efeitos deletérios das guerras mundiais. Dentro desse contexto, acompanhamos a consolidação de um período de estabilidade no casamento entre capitalismo e democracia. Streeck (2016, 2019) nos mostra, por exemplo, que, enquanto a esfera econômica se pautava em uma liberdade das forças do mercado para alocar os recursos, a esfera política, baseada em princípios democráticos, ressaltava as necessidades sociais legitimadas por escolhas coletivas para essa alocação. Nesse sentido, embora existam importantes diferenças entre as experiências históricas de cada um dos países centrais nesse período, pode-se afirmar que o Estado de Bem-Estar Social significou um aumento considerável, ainda que temporário, do grau e da extensão do intervencionismo estatal sobre o campo da economia.

Para o texto presente, nos interessa a maneira que De Swaan (1988) analisa esse mesmo tema. O sociólogo holandês se debruça sobre o *welfare state* a partir da sociologia histórica comparativa e a teoria da ação coletiva a fim de investigar os desdobramentos desse período histórico nos países centrais e, principalmente, como se deu o processo gradativo de produção de bens coletivos. Como revela o autor, a preocupação principal de sua obra é explicar o fato de que “[n]as sociedades modernas, o tratamento do doente, o ensino do ignorante e a manutenção do pobre se tornou uma preocupação coletiva: o domínio da gestão burocrática sob o controle do estado nacional” (De Swaan, 1988, p. 1)⁴. Lançando mão de um vasto conhecimento histórico, De Swaan nos mostra que o processo coletivizador – cujo ápice de institucionalização é o Estado de Bem-Estar Social – está ligado às consequências indiretas das carências ou adversidades de uma pessoa ou grupo sobre outros atores sociais que não são afligidos imediatamente por aquelas. Em termos mais simples: a coletivização é levada a cabo no momento em que determinados grupos percebem que certas adversidades, por mais “distantes” que elas estejam, por mais “alheias” ao seu mundo, podem, em última instância, provocar efeitos deletérios em sua realidade cotidiana.

Dando nome aos “grupos”, De Swaan argumenta que a extensão e intensificação das cadeias de interdependências humana, processos típicos do desenvolvimento da modernidade,

⁴ Todos os trechos de textos em língua estrangeira foram traduzidos de forma livre pelos autores.

geram uma mudança significativa de atitude, por parte dos “estabelecidos”, em relação às camadas mais pobres da sociedade. Dessa maneira, a interdependência entre ricos e pobres é central para a compreensão do processo coletivizador e, de modo específico, para o entendimento da formação do Estado de Bem-Estar Social. Embora seja distante e, por vezes, economicamente vantajoso, o agravamento da pobreza traz efeitos prejudiciais não só para os pobres – ou seja, aqueles diretamente atingidos pelas agruras de sua situação – como também para os “estabelecidos” na sociedade, que podem ser atingidos indiretamente pela agudização das disparidades sociais.

Nesse ponto, De Swaan desenvolve um conceito fundamental da obra em questão: a “consciência social”. O autor mobiliza tal categoria para explicar a mudança de comportamento das elites em relação aos pobres devido à percepção, por parte das primeiras, das “externalidades negativas” oriundas do agravamento da pobreza. Isso não significa que “consciência social” designe uma epifania coletiva dos “estabelecidos”, tampouco uma transformação moral em direção a um tipo de atitude mais “benevolente” para com os pobres. Com essa noção, De Swaan não está se referindo a um comportamento individual dos membros das elites, mas sim a uma percepção gradativa de pertencimento a um mesmo corpo social, o que implica, por parte dos “estabelecidos”, uma reivindicação de ações institucionais, em geral empreendidas pelo aparato estatal, de responsabilidade em relação às necessidades dos carentes. Por essa razão, De Swaan reforça que o processo de coletivização é um problema de **ação coletiva** das elites. Dessa maneira, podemos pensar que o Estado de Bem-Estar Social se consolidou devido à organização das elites dos países centrais que, pressionadas por fatores diversos e motivadas por finalidades distintas, levaram a cabo a ampliação de arranjos coletivos de cuidado. Como nos indica Hochman (2013), quando as elites avaliam que os custos da inércia são maiores do que os custos da ação coletiva, os processos de coletivização são empreendidos.

Contudo, a expansão do *welfare state* entra em crise na metade dos anos 70. A desaceleração da economia gera uma desestabilização da expansão de tais arranjos devido ao aumento do déficit orçamentário, situação essa que se agrava com a crise do petróleo de 1974 e com a competição de uma mão de obra internacional mais barata. Se, por um lado, De Swaan (1988) sugere que a crise de 1970 fez com que o Estado de Bem-Estar Social chegasse a um limite na sua expansão devido ao potencial de redistribuição efetiva que é capaz de fazer, a visão de Streeck (2016), por outro lado, parece ser mais pessimista, caracterizando aquele momento como o início do desmantelamento do Estado de Bem-Estar Social.

Do Estado de Bem-Estar Social à periferização do mundo

Como indicado acima, a partir da década de 1970 o sistema capitalista experimenta uma série de alterações políticas, sociais e econômicas que colaboram para a implosão gradativa da configuração social típica dos seus “anos de ouro”. A sistematização e qualificação da maior parte destas alterações extrapola os intentos do presente trabalho. Contudo, considerando a importância desses processos para o prosseguimento da argumentação, arriscaremos ressaltar alguns dos fenômenos históricos que abalaram decisivamente os pilares do *welfare state*.

No mundo do trabalho, por exemplo, pode-se destacar o desenvolvimento de uma reestruturação produtiva do capital (Harvey, 1992) a partir do esgotamento do modo de produção fordista (Guimarães, 2015), o que levou à elaboração de novas formas de organização da produção orientadas pelo receituário **toyotista**, cujas bases se fundamentam sobre mecanismos de flexibilização salarial e da jornada de trabalho, expansão da terceirização, conformação da “produção enxuta” etc. (Ramalho; Santana, 2004). Para boa parte da classe trabalhadora, os efeitos da reestruturação produtiva foram traduzidos em aprofundamento dramático da precarização estrutural do trabalho (Abílio, 2015), expansão massiva do setor de serviços (Antunes, 2018), desemprego estrutural e enfraquecimento da mobilização sindical (Braga; Santana, 2015).

Além disso, vale ressaltar o declínio do acordo de *Bretton Woods*, que abriu brechas significativas para a desregulamentação do mercado financeiro através de estímulos para o “surgimento de operações de empréstimos/depósitos que escapavam ao controle dos bancos centrais” (Belluzzo, 1995, p. 15). Tal processo de internacionalização, financeirização e desregulamentação da economia do sistema capitalista também suscitou o incremento da “classe de gestores” (Duménil; Lévy, 2014), que passaram a figurar como importantes atores sociais e políticos a partir desse momento.

No campo da política institucional, vemos a ascensão de governos conservadores em países do centro do capitalismo, como os de Margaret Thatcher e Ronald Reagan, que colaboraram para o enfraquecimento da legislação trabalhista e aprofundamento da privatização de setores públicos. Por essa razão, tais gestões se tornam a concretização do nome mais comumente utilizado para definir essa nova configuração social: neoliberalismo. Conforme Wendy Brown (2019) apontou, o neoliberalismo pode ser entendido como “uma estratégia oportunista adotada pelos capitalistas e seus aliados políticos com o objetivo de minar os

Estados de bem-estar keynesianos, as sociedades democráticas e o socialismo de Estado” (Brown, 2019, p. 29). Isso ressoa com as análises de Harvey (2008), que caracteriza o neoliberalismo como um movimento visando a restaurar o poder da classe dominante, e de Streeck (2019), que o descreve como um resultado da intensificação dos conflitos distributivos entre os “dependentes de lucro” e os “dependentes de salário”.

Longe de descartar a importância do legado crítico das inúmeras conceitualizações em torno da noção de neoliberalismo nas últimas décadas⁵, optamos nesse texto por seguir um caminho diferente. Aqui, neoliberalismo é tratado como um índice, isto é, como algo que aponta para um processo transformativo mais abrangente: a periferização do mundo (Canetti, 2020). Essa escolha é justificada pelo fato de que, a nosso ver, as principais consequências do que é chamado de “neoliberalismo” dizem respeito fundamentalmente a uma degradação progressiva das condições materiais ligadas à reprodução social.

Mobilizamos a categoria de “reprodução social” da forma como ela é trabalhada em Bhattacharya *et al.* (2017) e em Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019) – ou seja, como as “atividades que sustentam seres humanos como seres sociais corporificados que precisam não apenas comer e dormir, mas também criar suas crianças, cuidar de suas famílias e manter suas comunidades” (Arruzza; Bhattacharya; Fraser, 2019, p. 75). Nesse sentido, podemos pensar na questão da reprodução social a partir da seguinte pergunta: como é produzida a força de trabalho? (Bhattacharya *et al.*, 2017, p. 14). A resposta a ela aponta para aspectos variados da realidade social, tais como acesso à moradia, alimentação, água, saúde, educação, trabalho assalariado, entre outros. Dessa maneira, não é equivocado pensar que os “arranjos coletivos de cuidado” teorizados por De Swaan (1988, p. 13-46) guardam uma estreita relação com a noção de reprodução social, uma vez que os primeiros falam sobre aspectos como o cuidado médico, a proteção da renda e a possibilidade de conseguir um emprego.

⁵ Como destacado, a noção de “neoliberalismo” ganhou múltiplas definições na teoria social contemporânea desde a década de 1970. Além dos debates a respeito da sua historicização (Jessop, 2019), é possível pensar ao menos em quatro eixos de análise: as abordagens marxistas, que enfatizam alterações no mundo do trabalho (Harvey, 2008; Duménil; Lévy, 2014; Streeck, 2019; Jameson, 1996); as abordagens foucaultianas, responsáveis pela caracterização do neoliberalismo como uma nova racionalidade (Foucault, 2008; Dardot; Laval, 2016; Gago, 2014; Brown, 2015, 2019); as interpretações de inspiração weberiana, que jogam luz sobre as modificações administrativas no âmbito das empresas e na dimensão valorativa fundante do atual “espírito do capitalismo” (Boltanski; Chiapello, 2009; Sennett, 2006); e as abordagens psicanalíticas, que se debruçam sobre os efeitos psíquicos das alterações recentes do capitalismo tardio (Kehl, 2008; Dunker, 2017a, 2017b). Ainda que não seja o tema do presente trabalho, achamos importante demarcar a pluralidade de categorizações a respeito do sistema neoliberal.

A relação entre o esfacelamento do Estado de Bem-Estar Social e a gestação de um cenário social marcado caracteristicamente pela precarização geral do acesso a condições mínimas de reprodução social pode ser visto de forma nítida nas análises de Streeck (2016). No texto em questão, o sociólogo alemão também parte da década de 1970 como marco fundamental de transformação do cenário social do *welfare state*, marcando o momento em que “o capitalismo democrático começa a se desintegrar” (Streeck, 2016, p. 4). Dentre outros fatores, essa desintegração emerge a partir do desdobramento de três crises recentes: “a inflação global dos anos 1970, a explosão da dívida pública nos anos 1980 e o rápido crescimento do endividamento privado na década subsequente, resultando no colapso dos mercados financeiros de 2008” (Streeck, 2016, p. 16). A longo prazo, os efeitos de tais crises estabeleceram as bases de três tendências nos países capitalistas centrais, os “três cavaleiros do apocalipse”, que seguem assombrando o cenário político global: “crescimento declinante, desigualdade crescente e aumento das dívidas pública e privada” (Streeck, 2016, p. 17).

Assim, Streeck define o enfraquecimento do Estado de Bem-Estar Social como a passagem progressiva para um capitalismo “hayekiano” – isto é, de um capitalismo cuja dinâmica se pautava no “crescimento econômico através da redistribuição de cima para baixo” para um capitalismo cujo cenário social é atravessado pela expectativa “de um crescimento através da redistribuição de baixo para cima” (Streeck, 2016, p. 52). Nessa configuração pós-*welfare state*, os “mercados de trabalho dos países capitalistas centrais estão mudando para empregos precários, trabalhos zero-hora, *freelancing*” (Streeck, 2016, p. 25) e as elites políticas e econômicas operam práticas de redistribuição oligárquicas, “extraíndo recursos de sociedades cada vez mais pobres e em declínio” (Streeck, 2016, p. 68), o que evidencia a possibilidade de que tais elites “considerem seu destino e o de suas famílias [...] [como algo] independente dos destinos das sociedades das quais elas extraem sua riqueza” (Streeck, 2016, p. 28).

Além disso, como adiantado acima, o sociólogo alemão também reforça o papel fundamental do desenvolvimento de mecanismos cada vez mais complexos de atuação do mercado financeiro. Considerando os processos de desregulamentação levados a cabo nas últimas décadas, o autor afirma que, no mundo das finanças, “a corrupção é endêmica”, uma vez que os maiores lucros são auferidos ao “contornar ou quebrar completamente as regras legais sobre, por exemplo, informações privilegiadas, empréstimos hipotecários, lavagem de dinheiro, fixação de taxas e similares” (Streeck, 2016, p. 30). Dessa maneira, analisando a situação geral dos países capitalistas centrais, Streeck desenha um cenário catastrófico para os

próximos anos a partir do desdobramento de cinco fontes atuais de distúrbio do sistema: “estagnação, oligarquia, apropriação da esfera pública, corrupção e anarquia internacional” (Streeck, 2016, p. 72).

Diante de um ordenamento social cuja dinâmica é informada por aspectos tão críticos, como fica a situação da maior parte da população? Buscando uma aproximação da esfera da agência, Streeck argumenta que a configuração contemporânea do capitalismo pode ser traduzida em uma “vida sub-institucionalizada, uma vida na sombra da incerteza, sempre correndo o risco de ser perturbada por eventos surpresa e distúrbios imprevisíveis e dependente da desenvoltura dos indivíduos, improvisação hábil e sorte” (Streeck, 2016, p. 37). Sem o apoio dos “arranjos de cuidado”, todos os custos relativos à organização da vida cotidiana caem nas costas do indivíduo, tornando a experiência de sofrimento individualizada e, ao mesmo tempo, compartilhada por boa parte da população. Dessa maneira, para se viver no capitalismo de crise intermitente, é necessário o desenvolvimento de uma disposição subjetiva, nomeada de *coping* pelo autor, capaz de “responder com sempre novas improvisações e ‘tapa-buracos’ às sucessivas emergências infligidas a eles [aos atores sociais] por um ambiente social subgovernado e suas flutuações imprevisíveis e ingovernáveis” (Streeck, 2016, p. 42).

Ou seja, à maior parte população resta a “viração”, conceito elaborado por Telles (2006), ao falar sobre a situação tipicamente precária da juventude brasileira em relação ao mercado de trabalho, e retomado por Abílio (2015) em sua pesquisa a respeito das revendedoras de uma grande empresa brasileira de cosméticos. Como trabalhado por essas autoras, a viração diz respeito a uma “polivalência precária” (Abílio, 2015, p. 15) – ou seja, uma disposição de realizar precariamente uma série de atividades distintas, comumente desqualificadas e desregulamentadas, a fim de retirar alguma remuneração, geralmente de baixo valor, para sobreviver ao mercado de trabalho e garantir o “ganha-pão” de todos os dias.

Interessante observar a semelhança entre o conceito de *coping*, conforme definido por Streeck ao abordar a situação atual do capitalismo nos países centrais, e a categoria de “viração”, derivada de pesquisas sobre trabalhadores brasileiros. Pode-se argumentar que as características identificadas por Streeck para o capitalismo pós-2008, especialmente em relação ao Norte Global – corrupção, redistribuição oligárquica, estagnação econômica, desigualdade crescente, entre outros – refletem elementos típicos da experiência social dos países periféricos.

Afinal, a presença massiva de atividades informais e ocupações nas quais o trabalhador “encontra-se inteiramente desprovido de garantias, direitos ou segurança associados ao

trabalho” (Abílio, 2019, p. 2), a existência de profundas assimetrias atravessando o tecido social, a proliferação da corrupção em uma série de setores públicos e o estancamento de políticas verdadeiramente redistributivas não são elementos novos na periferia do capitalismo. Na verdade, representam, ao contrário, a sua “marca registrada” – não é de hoje que o denominado Sul Global aparece como sinônimo de “desenvolvimento incerto, economias ortodoxas, estados falidos e nações repletas de corrupção, pobreza e conflito” (Comaroff, J.; Comaroff, J. L., 2015, p. 113).

Assim, podemos requalificar o esfacelamento do Estado de Bem-Estar Social como a inauguração de um processo gradativo de periferização do mundo – isto é, um processo peculiar de **aproximação** das condições materiais dos países centrais em relação às estruturas tipicamente precárias dos países periféricos⁶. Isso significa que há uma espécie de “subversão negativa” das expectativas mais otimistas⁷ em relação não só ao desenvolvimento do *welfare state* para além das fronteiras do centro do capitalismo, como também no que diz respeito à globalização, tematizada, não raras vezes, como o sinônimo de um caminho rumo a um “espaço social e econômico comum” (Held; McGrew, 2000, p. 8). O cenário parece seguir a contramão desse percurso: em vez de um “transbordamento” do progresso material dos países centrais, observamos um verdadeiro avanço da “condição periférica” sobre o centro do capitalismo. Tal condição diz respeito a “uma maneira específica em que a dominação social, a produção social do espaço e a reprodução das relações sociais se realizam” (Canettieri, 2020, p. 7), expressando o deslocamento de aspectos característicos da experiência social periférica para os países centrais – aspectos esses já comentados acima, como profundas desigualdades sociais⁸,

⁶ Reforçamos, mais uma vez, que tal aproximação não implica uma implosão da dinâmica geopolítica na qual centro e periferia se encontram em uma relação hierárquica cujas características constitutivas relegam a esta um papel subordinado nas relações econômicas internacionais. Nossa discussão se dedica mais aos modos de vida e às condições associadas à reprodução social e menos à reflexão sobre as relações internacionais em tal contexto. Esse, inclusive, seria um bom ponto de investigação a partir da hipótese da periferização. Se aceitarmos a proficuidade analítica da ideia de expansão da condição periférica, como estamos propondo aqui, de que maneira tal processo socio-histórico impacta a configuração geopolítica entre centro e periferia? Embora tenhamos deixado de lado essa questão, acreditamos que as reflexões aqui esboçadas possam subsidiar discussões nesse caminho.

⁷ Talvez um outro bom indicativo dessas perspectivas um pouco mais “otimistas” em relação ao futuro seja um aspecto apontado no trabalho de Pedro de Souza (2018), referente a uma das ferramentas teóricas mais utilizadas em estudos sobre estratificação social no século X, a curva de Kuznets, que apostava na hipótese de que os processos de urbanização e industrialização nos países centrais levariam gradativamente a uma diminuição das desigualdades sociais.

⁸ Como mostra Elisa Reis em texto publicado em 2005, a desigualdade no Brasil “é extremamente alta e se manteve consideravelmente estável no passado recente” (Reis, 2005, p. 29), a despeito de eventuais alterações relevantes no quadro político institucional e na aplicação de políticas públicas que visavam à redução das desigualdades sociais.

ausência de amparos institucionais, estagnação econômica, generalização da “viração” em relação à reprodução social (Abílio, 2017), avanço do mercado informal, entre outros.

Desta forma, se, anteriormente, o *welfare state* dos países capitalistas centrais marcava o horizonte de expectativas da periferia mundial, algo que pode ser facilmente notado no termo “subdesenvolvidos”, utilizado frequentemente para denominar a condição dos países periféricos, hoje acontece o inverso: “são as formas periféricas que indicam o futuro desse desenvolvimento às avessas” (Canettieri, 2020, p. 8). Portanto, se no mundo neoliberal “a relação centro-periferia [...] passa por um rearranjo [...] marcado pela precariedade” (Canettieri, 2020b, p. 141), então podemos dizer, mobilizando um termo muito comum atualmente, que o “‘Novo Normal’ do Norte está repetindo o passado recente do Sul, de forma cada vez mais abrangente” (Comaroff, J.; Comaroff, J. L., 2015, p. 125).

Vale a pena ressaltar que o diagnóstico da periferização tem sido reforçado, de uma forma ou de outra, com nomes mais ou menos parecidos, por outro(as) pensadores(as) do campo da teoria social nas últimas décadas. É o caso, por exemplo, de Ulrich Beck (1999), um dos pioneiros na sugestão de que a Europa viveria muito em breve um processo de “brasilianização” (Beck, 1999, p. 277-279) caso um novo *New Deal* não fosse efetivado. Seguindo na esteira desse pensamento, o filósofo brasileiro Paulo Arantes (2021 [2001]) também já trazia há duas décadas algumas reflexões sobre a “fratura brasileira do mundo”. Para o pesquisador da USP, a pecha de “país do futuro”, tipicamente alocado no imaginário social brasileiro ao longo do século XX, estaria finalmente se realizando, mas não exatamente da maneira positiva como se imaginava: “nos vimos transformados numa espécie de paradigma, algo como uma categoria sociológica para o buraco negro da globalização” (Arantes, 2021 [2001], p. 18).

Corroborando as análises apresentadas até aqui, Arantes também aponta que o esfacelamento do Estado de Bem-Estar Social assumiu “traços inconfundíveis de terceiromundização com a multiplicação de pequenos *métiers* subproletários, reaparição das *sweatshops*, trabalho a domicílio ou pago por peça, floração de todo um leque de novos ilegalismos e traficâncias, etc.” (Arantes, 2021 [2001], p. 46) de tal forma que o tecido social dos países do centro do capitalismo passa a apresentar mais claramente “uma estrutura social altamente estratificada e segmentada, decomposta não só em trabalho valorizado e trabalho degradado, mas também filtrando e expulsando muita gente dessa dinâmica binária” (Arantes, 2021 [2001], p. 33). Dessa maneira, é como se as fraturas da sociedade brasileira, baseadas nas profundas (e típicas) assimetrias sociais de nosso contexto, se expandissem para o Norte Global,

que estaria, ao longo de tal processo, “assumindo proporções brasileiras irreversíveis” (Arantes, 2021 [2001], p. 58).

Avançando na argumentação em torno da periferização do mundo, Arantes nota que a guinada do mundo do trabalho em direção à maior flexibilização aponta para uma generalização dos “traços dos ‘homens precários’ da periferia” (Arantes, 2021 [2001], p. 75). Nesse sentido, não seria equivocado pensar que as práticas, comportamentos e disposições requeridas pelos gestores dessa realidade laboral flexibilizadora emulam as “qualidades de sobrevivência apuradas durante os períodos prolongados de precariedade, ou simplesmente de pré-trabalho” (Arantes, 2021 [2001], p. 78), qualidades essas tipicamente associadas aos modos de sobrevivência no mercado de trabalho dos países periféricos. Além disso, o autor reforça que o processo de expansão da “fratura brasileira” também afeta os assalariados formais, que, por sua vez, “não logram escapar à malha desestruturante das ilegalidades consentidas” (Arantes, 2021 [2001], p. 91), sugerindo, assim, que a periferização produz consequências não apenas na comparação entre diferentes estados nacionais, mas também na dinâmica social interna de cada país.

Partilhando do mesmo diagnóstico de crise a partir do desmantelamento do *welfare state*, Przeworski observa que as principais modificações socioeconômicas das últimas décadas – como, “o declínio das taxas de crescimento de países já desenvolvidos; [...] o aumento da desigualdade de renda entre indivíduos e famílias, bem como o declínio do fator trabalho na indústria; e [...] a queda de empregos na indústria e a ascensão do setor de serviços” (Przeworski, 2020, p. 57) – acarretam, no Norte Global, um profundo “desgaste da crença no progresso material” (Przeworski, 2020, p. 59). O autor dá destaque a essa consequência devido ao fato de que “desde 1820, cada nova geração na Europa e nos EUA vivia e esperava viver melhor do que seus pais, e essa certeza está sendo destruída” (Przeworski, 2020, p. 59). Digno de nota, tal observação nos sugere não só uma universalização, entre as novas gerações, do “não há longo prazo”, documentado por Sennett (1999) em seu estudo sobre a flexibilização do trabalho com trabalhadores norte-americanos no final do século passado, como também para um momento em que a maior parte do mundo capitalista parece adentrar uma “era das expectativas decrescentes” (Arantes, 2014, p. 47), cenário em todo diferente daquela configuração social predominante no centro do capitalismo nos anos subsequentes às guerras mundiais.

Portanto, os diagnósticos do presente elaborados por alguns pensadores nas últimas décadas indicam que a dinâmica atual do capitalismo se baseia em uma “lógica da expulsão”

(Sassen, 2016), responsável por “desmembrar o social através de extrema desigualdade, destruir a vida de classe média prometida pela democracia liberal, expelir o vulnerável e o pobre da terra, dos trabalhos e das casas” (Sassen, 2015, p. 5). Dessa forma, não seria equivocado pensar que a precariedade, historicamente associada à periferia do mundo, se torna a grande “questão social do século XXI” (Azmanova, 2020, p. 106), de tal maneira que podemos falar de um verdadeiro “capitalismo de precariedade [*precarity capitalism*]”, cujos desdobramentos mais recentes engendram “a universalização da insegurança, que agora aflige a maioria da população, quase que independentemente do tipo de emprego e nível econômico” (Azmanova, 2020, p. 2).

De acordo com a proposta do presente trabalho, acreditamos que todas essas investigações aqui mobilizadas a respeito da nossa situação atual podem ser lidas, com mais ou menos ajustes, por meio da chave da **periferização do mundo**. O nosso argumento sugere que o aprofundamento dramático da desigualdade (Piketty, 2014), a generalização da viração (Abílio, 2017), a expansão do “não há longo prazo” (Sennett, 1999), a “fratura brasileira do mundo” e a “era das expectativas decrescentes” (Arantes, 2014, 2021 [2001]), o “capitalismo de precariedade” (Azmanova, 2020) e a “lógica das expulsões” (Sassen, 2016) representam nomes elaborados nas últimas décadas por diferentes tradições teóricas e programas de investigação para dar conta de uma trajetória de transformação recente e significativa do sistema capitalista: de uma dinâmica social cujo motor girava em torno dos arranjos coletivos de cuidado (De Swaan, 1988) para um ordenamento que reproduz em larga escala um movimento de degradação progressiva de condições básicas de reprodução social. Assim, alguns aspectos tipicamente associados às experiências históricas dos países periféricos (como já citado: profunda desigualdade, falta de perspectiva para o futuro, insegurança econômica, violência generalizada, desregulamentação do mundo do trabalho etc.), daqueles que sempre estiveram de uma forma ou de outra às margens do progresso do Norte Global, começam a se manifestar de maneira evidente no centro do capitalismo (sobretudo, Europa Ocidental e EUA), assumindo uma posição central na vida social de lugares historicamente vinculados ao progresso, à abundância material e à seguridade social.

Se é verdade que “o mundo das periferias emergiu” (Guilly, 2018, p. 18), então podemos pensar que os países periféricos representam mais do que nunca um “laboratório e tanto do famigerado desenvolvimento desigual e combinado [...] [do] capitalismo” (Arantes, 2021 [2001], p. 92), operacionalizando, assim, “uma unidade de contrários, em que o chamado ‘moderno’ cresce e se alimenta da existência do ‘atrasado’” (Oliveira, 2011 [2003], p. 21).

Assim, caso o enquadramento teórico da periferização do mundo seja adequado e guarde potencial analítico para reflexões a respeito das dinâmicas sociais e geopolíticas do capitalismo nos dias de hoje, acreditamos que seja relevante pontuar algumas questões que poderiam colaborar para o desenvolvimento ulterior de pesquisas empíricas que, por sua vez, viessem a problematizar e a complexificar a questão aqui trabalhada a respeito da expansão da condição periférica.

Considerações finais

Portanto, considerando as ideias elaboradas acima, gostaríamos de concluir o texto colocando algumas perguntas que possam direcionar discussões ulteriores sobre os conteúdos trabalhados. Em primeiro lugar, acreditamos que vale repetir um questionamento que atravessa todo o texto: o processo de periferização do mundo pode servir como um enquadramento teórico consistente o bastante para pautar análises críticas do presente? Como dito anteriormente, apostamos que sim – a ideia da expansão da condição periférica carrega potencial reflexivo de grande valor para pensar importantes questões da contemporaneidade: as relações entre progresso material e mundo do trabalho, a dinâmica atual da globalização, as transformações recentes do capitalismo, as relações geopolíticas entre o Norte Global e o Sul Global, as possibilidades de mobilização de ações coletivas em um contexto de profunda precarização⁹ etc. Contudo, reconhecemos as limitações evidentes de nosso trabalho – além de propormos uma generalização relativamente “arriscada”, também nos faltam dados “concretos” e indicadores sociais que possam fundamentar em bases mais sólidas a ideia da periferização do mundo. Logo, ao mesmo tempo em que apostamos na relevância do tema abordado até aqui, apostamos igualmente no valor do questionamento a respeito de sua adequação como quadro de análise e na necessidade de posteriores investigações orientadas por tal categoria.

Em segundo lugar, nos questionamos sobre as relações entre o processo de expansão da condição periférica e a “consciência social”, tal como trabalhada por De Swaan (1988). Como visto acima, a partir da generalização da interdependência, processo típico do advento da modernidade (Beck, 2010; Giddens, 1991), a relação dos “estabelecidos” na sociedade em relação aos pobres altera-se gradativamente em razão da intensificação dos “efeitos externos” – isto é, a agudização do alcance das consequências de determinadas ações em relação àqueles

⁹ Para uma reflexão de grande relevância sobre a necessidade de se pensar a respeito das “condições materiais da militância” em um contexto de periferização do mundo, cf. Paraná e Tupinambá (2022).

que não estão diretamente ligados a elas. Desta maneira, a complexificação das “cadeias de interdependência humana” (Elias, 1993 [1939]) leva aos poucos ao incremento da “consciência social” (De Swaan, 1988) – ou seja, ao desenvolvimento de uma percepção sobre os laços de dependência recíproca que ligam todos os membros de uma coletividade¹⁰. Os “arranjos coletivos de cuidado”, cujo ponto máximo de consolidação foi o predomínio do *welfare state* no contexto do pós-guerra, surgem exatamente desse tipo de percepção, sobretudo quando partilhada pelas elites.

Não seria equivocado sugerir que um dos efeitos mais notáveis das transformações recentes do capitalismo é o fato de que a interdependência dos atores sociais atingiu um patamar tão elevado que as externalidades de determinadas práticas sociais podem, em última instância, causar prejuízos de tamanho global. Talvez o contexto da pandemia, vivenciado recentemente, seja o melhor exemplo nessa direção¹¹. Contudo, se isso for verdade, como explicar que, pelo menos desde a década de 1970, as elites parecem apoiar cada vez mais projetos políticos que dão continuidade ao movimento de precarização geral das condições básicas de reprodução social? Se, como mostrado por De Swaan (1988), boa parte da história da sociedade ocidental acompanhou um crescimento paralelo da interdependência e dos arranjos coletivos de cuidado (quanto maior a complexidade da dependência recíproca entre os atores sociais, maiores as pressões para o estabelecimento destes últimos), de que maneira podemos entender a situação atual, em que a interdependência atinge níveis dramáticos e os arranjos coletivos de cuidado são gradativamente enfraquecidos? Como as elites interpretam a questão das “externalidades negativas” (Reis; Moore, 2005, p. 44) – isto é, o fato de que, em última instância, a degradação das condições de reprodução social pode gerar efeitos nocivos também para elas?

Por último, nos perguntamos a respeito das possíveis relações entre a periferização do mundo e a questão da confiança social. Roth e Uslaner (2005) destacam que a desigualdade, a

¹⁰ Vale a pena enfatizar novamente que “quando fala de um senso de ‘responsabilidade’ por parte das elites, De Swaan não estava se referindo a alguma coisa experienciada ou concebida em termos pessoais, individualistas, mas, em vez disso, à identificação com uma comunidade maior de interesses” (Reis; Moore, 2005, p. 5). Ou seja, tal consciência não diz respeito à ação pessoal individualizada (como se cada pessoa ajudasse individualmente alguém “carente”) – ela aponta, no geral, para ações coletivas e institucionais.

¹¹ Inclusive, no capítulo 4 da obra trabalhada, De Swaan (1988) mostra como epidemias em massa colaboram na pressão para o estabelecimento de arranjos de cuidado “coletivos, compulsórios e extensivos” para combater os riscos do contágio em massa. Para uma versão traduzida de alguns trechos do capítulo mencionado, cf. <https://blogdolabemus.com/2020/03/26/notas-sobre-a-pandemia-aos-cuidados-do-estado-introducao-policia-medica-obras-publicas-e-saude-urbana-trechos-selecionados-por-abram-de-de-Swaan/>. Além disso, em “Federalismo e políticas públicas no Brasil”, Gilberto Hochman (2013, p. 303-327) traz uma reflexão semelhante a partir da análise da atuação do Estado de São Paulo no contexto do início da Primeira República.

corrupção e a má distribuição de recursos e oportunidades enfraquecem profundamente a confiança generalizada dos membros de uma dada coletividade. Se considerarmos que “a confiança generalizada, como a base da cooperação, é importante para integração social e para ‘bons’ resultados sociais, econômicos e políticos na sociedade” (Nannestad, 2008, p. 422) e de que essa mesma confiança “facilita ações coletivas para solucionar problemas” (Reis; Lopez, 2021, p. 15), não é difícil imaginar que a expansão da condição periférica aponte para um decréscimo significativo e geral dos níveis de confiança social, mesmo em países que partam de um patamar elevado nesse ponto. Diante disso, a periferização do mundo colabora, sem sombra de dúvidas, para suscitar preocupações “quanto às questões relativas à coesão, desigualdades sociais e estabilidade democrática” (Reis; Lopez, 2022, p. 6). Se esse processo não for estancado, como ficará a questão da confiança social nos próximos cinco anos? A diminuição considerável da confiança generalizada aproxima o tecido social de um processo de esgarçamento?

Certamente, a resposta para tais questões demandaria o desenvolvimento de toda uma agenda de pesquisa orientada pela hipótese da expansão da condição periférica. Esperamos que as discussões aqui esboçadas possam colaborar para tal intento em um momento futuro.

Referências

- ABÍLIO, Ludmila Costhek. **Sem maquiagem**: o trabalho de um milhão de revendedoras de cosméticos. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.
- ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização do trabalho: subsunção real da viração. **Blog Passa Palavra**, 2017. Disponível em: <https://passapalavra.info/2017/02/110685/>. Acesso em: 20 abr. 2021.
- ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. **Psicoperspectivas**, Valparaíso, v. 18, n. 3, p. 41-51, 2019.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviço na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ARANTES, Paulo Eduardo. **O novo tempo do mundo**: e outros estudos sobre a era da emergência. São Paulo: Boitempo, 2014.
- ARANTES, Paulo. **A fratura brasileira do mundo**: visões do laboratório brasileiro da mundialização. Sentimento da Dialética, 2021 [2001]. Disponível em: <https://sentimentodadialetica.org/dialetica/catalog/book/81#:~:text=O%20limiar%20entre%20ordem%20e,atua%20agora%20em%20escala%20global.&text=E%20em%20livro%2C%20em%20Portugal%3A%20A%20fratura%20brasileira%20do%20mundo>. Acesso em: 20 abr. 2021.
- ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%**: um manifesto. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.
- AZMANOVA, Albena. **Capitalism on Edge**: how Fighting precarity can achieve radical change without crisis or utopia. Nova York: Columbia University Press, 2020.
- BECK, Ulrich. **O que é Globalização?** Equívocos do globalismo: respostas à globalização. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados globalizados. **Revista Economia e Sociedade**, São Paulo v. 4, n. 1, p. 11-20, 1995.

BHATTACHARYA, Tithi *et al.* **Social reproduction theory**: Remapping class, recentring oppression. Londres: Pluto Press, 2017.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BRAGA, Ruy; SANTANA, Marco Aurélio. Dinâmicas da ação coletiva no Brasil contemporâneo: encontros e desencontros entre o sindicalismo e a juventude trabalhadora. **Caderno CRH**, Salvador, v. 28, n. 75, p. 529-544, 2015.

BROWN, Wendy. **Undoing the demos**: Neoliberalism's stealth revolution. Cambridge: Mit Press, 2015.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. São Paulo: Editora Politeia, 2019.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CANETTIERI, Thiago. **A condição periférica**. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2020.

COMAROFF, Jean; COMAROFF, John L. Theory from the South: Or, how Euro-America is evolving toward Africa. **Anthropological Forum**, Londres, v. 22, n. 2, p. 113-131, 2012.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

DE SWAAN, Abram. **In Care of the State**: Health Care, Education, and Welfare in Europe and the USA in the Modern Era. Reino Unido: Oxford University Press, 1988.

DE SWAAN, Abram de. Notas sobre a pandemia – Aos cuidados do Estado: Introdução & Polícia médica, obras públicas e saúde urbana (trechos selecionados). **Blog do Labemus**, 2020. Disponível em: <https://blogdolabemus.com/2020/03/26/notas-sobre-a-pandemia-aos-cuidados-do-estado-introducao-policia-medica-obras-publicas-e-saude-urbana-trechos-selecionados-por-abram-de-de-Swaan/>.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. **A crise do neoliberalismo**. São Paulo: Boitempo, 2014.

DUNKER, Christian. A lógica do condomínio. **Revista PISEAGRAMA**, Belo Horizonte, n. 11, p. 102-109, 2017a.

DUNKER, Christian. **A reinvenção da intimidade**: políticas do sofrimento cotidiano. São Paulo: Editora Ubu, 2017b.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Volume 2: Formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro: Zahar, 1993 [1939].

ESPING-ANDERSEN, Gøsta. As três economias políticas do Welfare State. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 24, p. 85-116, 1991.

FERREIRA, Victor Pimentel; RAMOS, Clara; FLEURY, Julia. Neoliberalismo, condição periférica e os Panteras Negras: um breve estudo sobre reprodução social e ação coletiva no mundo periferizado. **Ensaio**, Niterói, v. 19, p. 39-58, 2021.

FERREIRA, Victor Pimentel. A crise do Estado de Bem-Estar Social e a expansão da condição periférica: breves reflexões sobre a periferização do mundo através das lentes de Ken Loach. **Enfoques**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 1-16, 2023.

FERREIRA, Victor Pimentel. Entre arestas: repensando desafios contemporâneos para a ação coletiva em contexto de periferização do mundo. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 38, p. 1-6, 2024.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica (1978-1979)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GAGO, Verónica. **La razón neoliberal**: economías barrocas y pragmática popular. Buenos Aires: Tinta Limón, 2014.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.

- GUILLY, Christophe. **No society**: la fin de la classe moyenne occidentale. Paris: Flammarion, 2018.
- GUIMARÃES, Alexandre Queiroz. Economia, instituições e Estado de Bem-Estar Social: respostas à nova configuração do capitalismo pós-1970. **DADOS** – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 58, n. 3, p. 617-650, 2015.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- HELD, David; MCGREW, Anthony. **Prós e contras da globalização**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- HOCHMAN, Gilberto. Saúde Pública e Federalismo: Desafios da Reforma Sanitária na Primeira República. *In*: HOCHMAN, Gilberto; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (org.). **Federalismo e políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013. p. 303-327.
- JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo**: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Editora Ática, 1996.
- JESSOP, Bob. Authoritarian Neoliberalism: periodization and critique. **South Atlantic Quarterly**, Durham, v. 18, n. 2, p. 343-361, 2019.
- KEHL, Maria Rita. **Depressão e imagem do novo mundo**. *In*: NOVAES, Adauto (org.). **Mutações**: ensaios sobre as novas configurações do mundo. São Paulo: Editora SESC, 2008. p. 295-320.
- KERSTENETZKY, Célia Lessa. **O estado do bem-estar social na idade da razão**: a reinvenção do estado social no mundo contemporâneo. Amsterdã: Editora Elsevier, 2012.
- NANNESTAD, Peter. What have we learned about generalized trust, if anything? **Annual Review of Political Science**, San Mateo, v. 11, p. 413-436, 2008.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo: Editora Boitempo, 2011.
- PARANÁ, Edemilson; TUPINAMBÁ, Gabriel. **Arquitetura de arestas**: a esquerda em tempos de periferização do mundo. São Paulo: Autonomia Literária, 2022.
- PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2014.
- PIMENTEL, Rennan de Medeiros. Sociologia Política do Nordeste: Nestor Duarte e Reforma Agrária. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- PRZEWORSKI, Adam. A socialdemocracia como um fenômeno histórico. **Revista Lua Nova**, v. 3, n. 15, p. 41-81, 1988.
- PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2020.
- RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio. **Sociologia do trabalho**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- REIS, Elisa; MOORE, Mick. **Elite Perceptions of Poverty and Inequality**. Bergen: International Studies in Poverty Research, 2005.
- REIS, Elisa; LOPEZ, Felix. Confiança, desigualdade e instituições no Brasil. Texto veiculado entre os alunos da disciplina Sociologia Política, ministrada no segundo semestre de 2021 no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- REIS, Elisa. Perceptions of poverty and inequality among Brazilian elites. *In*: REIS, Elisa; MOORE, Mick (ed.). **Elite Perceptions of Poverty and Inequality**. Bergen: International Studies in Poverty Research, 2005. p. 26-57.
- SASSEN, Saskia. **Expulsões**: Brutalidade e complexidade na economia global. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.
- SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.
- SENNETT, Richard. **A cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.
- SOUZA, Pedro H.G. Ferreira de. **Uma história da desigualdade**: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013. São Paulo: Editora Hucitec, 2018.
- STREECK, Wolfgang. **How Will Capitalism End?** Essays on a Failing System. Londres: Verso, 2016.

STREECK, Wolfgang. **Tempo comprado**: a crise adiada do capitalismo democrático. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

SKOCPOL, Theda; SOMERS, Margaret. The Uses of Comparative History in Macrosocial Inquiry. **Comparative Studies in Society and History**, Cambridge, v. 22, n. 2, p. 174-197, 1980.

TELLES, Vera da Silva. Mutações do trabalho e experiência urbana. **Revista Tempo Social**, São Paulo, v. 18, n.1, p. 173-195, 2006.

TUPINAMBÁ, Gabriel. Um pensador na periferia da História. **Revista Porto Alegre**, 2020. Disponível em: <http://revistaportoalegre.com/um-pensador-na-periferia-da-historia/> . Acesso em: 20 abr. 2020.

USLANER, Eric; ROTHSTEIN, Bo. All for One: Equality, Corruption, and Social Trust. **World Politics**, Cambridge, v. 58, n. 01, p. 41-72, 2005.

Recebido em: 30/01/2024

Aceito em: 10/09/2024